



# Anais da Assembléia

N.º 151 - CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1990 - ANO XV

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 113.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO 1990

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luciano Pizzatto.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Homero Oguido, José Alves, José Felinto, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Paulo Furiatti e Rafael Greca (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os n.ºs DTL/SAT/350, 351 e 352/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Leis

n.ºs:

494/90: De autoria do Poder Executivo, que aprova créditos suplementares aos orçamentos próprios das entidades que especifica, até o montante de Cr\$ 2.206.956.504,00 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.457. Anote-se. Arquite-se.

463/90: De autoria do Poder Executivo, que abre ao Orçamento Próprio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, um crédito suplementar no valor de Cr\$ 62.000.000,00 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.458. Anote-se. Arquite-se.

464/90: De autoria do Poder Executivo, que abre ao Orçamento Próprio da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, um crédito suplementar no valor de Cr\$ 50.000.000,00 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.459. Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 2850

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 321/89.

Sala das Sessões, em 11.12.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N.º 2836

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 74/89, de 05 de abril de 1989, bem como a constituição de uma Comissão Geral de Plenário, para analisar e dar parecer, tendo em vista que o referido Projeto de Lei, encontra-se parado na Comissão de Constituição e Justiça, desde o dia 18 de abril de 1989, cuja cópia do projeto encontra-se anexo ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em 11.12.90

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

PROJETO DE LEI N.º 74/89  
Protocolo n.º 3284/89

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Marialva, o Lote n° 3/72, sub-divisão do lote 72 da Gleba - Patrimônio Marialva, abaixo descrito:

**CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES:** Lote de terras n° 3/72 (treis, setenta e dois) com área de 1.395,00 m<sup>2</sup> (mil trezentos e noventa e cinco metros quadrados), sub-divisão do lote 72 (setenta e dois), da Gleba Patrimônio Marialva, de maior área, situado no perímetro urbano do município e Comarca de Marialva neste Estado, com as seguintes divisas e confrontações: a N.O. com a Estrada Mestre medindo 18,20 m (dezoito metros e vinte centímetros) de frente; a S.O. com o Lote n° 4/72 (quatro setenta e dois) numa extensão de 79,50 m (setenta e nove metros e cinquenta centímetros); a S. E. com o terreno da R.V.P.S.C., numa largura de 18,10 m (dezoito metros e dez centímetros); e finalmente a N. E. com o Lote n° 2/72 (dois, setenta e dois) numa extensão de 75,50 m (setenta e cinco metros e cinquenta centímetros). Os lotes acima mencionados pertencem a Gleba Patrimônio Marialva, e estão localizados no perímetro urbano do município e Comarca de Marialva, conforme Certidão em anexo, extraída do Talão n° 10, página 158, Livro 3/C, registrado na folha 64 sob o n° 867, do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Marialva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.89

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

## JUSTIFICATIVA:

O lote de terreno n° 3/72, localizado no perímetro urbano do município e comarca de Marialva, de propriedade do Poder Executivo Estadual, conforme Certidão anexa ao presente Projeto de Lei, encontra-se abandonado e a administração pública municipal pretende implantar ali um projeto de grande alcance social para a comunidade. Portanto, a aprovação, por parte desta Assembleia Legislativa, para que a doação do referido lote de terras possa ser doado à Prefeitura Municipal, que pretende utilizá-lo em benefício da população, já que o mesmo encontra-se em completo abandono, sem utilidade nenhuma para o Estado, servindo apenas como depósito de lixo.

## REQUERIMENTO N° 2844

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respei-

tosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 11.12.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

## REQUERIMENTO N° 2835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada, pelo prazo de três sessões, do Projeto de Lei n° 321/89, em 2ª discussão na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 11.12.90

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

## REQUERIMENTO N° 2837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja anexado ao processo do Projeto de Lei n° 579/90, que cria o município de Laranjal, município de Palmital, os seguintes documentos: 1) Memorial Descritivo do Perímetro Urbano de Laranjal; 2) Memorial Descritivo do Município de Laranjal; 3) Mapa do município de Laranjal; 4) Mapa do Perímetro Urbano de Laranjal.

Sala das Sessões, em 11.12.90

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

## REQUERIMENTO N° 2840

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações e aplausos pela passagem do 26º aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município de PEABIRU, que realizar-se-á no dia 14 de dezembro do corrente ano.

Requer-se outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, vice-Prefeito e todos os Vereadores, como expressão do Poder Legislativo Estadual, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 11.12.90

(a) NAMIR PIACENTINI

## REQUERIMENTO N° 3841

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações e aplausos

pela passagem do 26º aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município de BOA ESPERANÇA, que realizar-se-á no dia 14 de dezembro do corrente ano.

Requer-se outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, vice-Prefeito e todos os Vereadores, como expressão do Poder Legislativo Estadual, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 11.12.90

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2842

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações e aplausos pela passagem do 35º aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município de TERRA BOA, que realizar-se-á no dia 11 de dezembro do corrente ano.

Requer-se outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, vice-Prefeito e todos os Vereadores, como expressão do Poder Legislativo Estadual, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 11.12.90

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2843

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações e aplausos pela passagem do 26º aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município de QUINTA DO SOL, que realizar-se-á no dia 14 de dezembro do corrente ano.

Requer-se outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, vice-Prefeito e todos os Vereadores, como expressão do Poder Legislativo Estadual, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 11.12.90

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2849

Senhor Presidente.

O Deputado RENATO ADUR, que a este subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência que após consultado o douto Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a solicitação de que se agilizem a criação e a instalação da Co-

marca de RONCADOR.

Sala das Sessões, em 11.12.90

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

É uma realidade cada dia mais palpável e urgente a necessidade de dotar-se o município de RONCADOR de uma Comarca, de forma a que a comunidade tenha a seu dispor, próxima de si, a tutela jurisdicional do Estado.

Cumprindo os anseios locais, renova-se aqui a capacitação do atendimento, de forma a que, o mais breve, o povo de RONCADOR seja servido por esse órgão de Justiça.

REQUERIMENTO N° 2846

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e parlamentares, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Doutor Clóvis Paduan e ao Doutor Daniel Cattani, Digníssimos Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco, respectivamente, parabenizando-os, juntamente com toda a sociedade patobranquense, a notável conquista do Grêmio Industrial Patobranquense, conquistando o Tricampeonato da Taça Tarobá e Campeão Paranaense de Futebol de Salão, galgando assim, a condição de representante do Paraná, no próximo ano, no Campeonato Brasileiro da Categoria.

Sala das Sessões, em 11.12.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

São conhecidas as dificuldades que se emprestam ao desenvolvimento do esporte amador em nosso País. A cultura futebolística amealhou desde cedo as simpatias da nação e os investimentos, durante longo período, foram-lhe exclusivos. É inegável que há uma década, ao menos, a consciência esportiva despertou para os esportes amadores. E, nesse contexto, interiorizou-se e fez-se realidade.

Foi assim, ao léu de tempos esportivos novos que a população de Pato Branco, tem vivido momentos e períodos memoráveis em suas praças de desportos. Sem desprezar outros mandatários, queremos, dentro de uma retrospectiva, lembrar a epopéia de abertura dos "Jogos Abertos do Paraná", o memorável feito do "Pato Branco Esporte Clube", no Campeonato Paranaense de Futebol, deste ano que se finda.

São conquistas desta natureza que, ao realizarem as expectativas dos esforços empreendidos pelos brilhantes esportistas Itacir Sebben e Rogério Lora, que o mais querido Prefeito da história de Pato Branco está de parabéns. Tanto quanto apresenta-se cumprimentos à sociedade patobranquense, no momento em que se festeja o 38º aniversário do município.

REQUERIMENTO N° 2847

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário Especial de Esportes, a fim de que seja liberada verba destinada a ajudar a participação do Grêmio Industrial Patobranquense, no próximo ano, como representante do Paraná, no Campeonato Brasileiro de Futebol de Salão, condição obtida após a conquista do Tricampeonato da Taça Tarobá e Campeão Paranaense de Futebol de Salão de 1990.

Sala das Sessões, em 11.12.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

São conhecidas as dificuldades que se emprestam ao desenvolvimento do esporte amador em nosso País. Também é inegável que há uma década, a consciência esportiva despertou para o esporte amador. Nada mais justo seria, provocar a possibilidade da representação patobranquense, participar e galgar os mais altos escalões no desporto nacional.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 627/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a lotear a área de que trata a Lei n° 8.851, de 25 de julho de 1988, situada no município de Curitiba, bairro do Bacacheri, com aproximadamente 198.776 m<sup>2</sup>.

§ 1° - A área referida no "caput" deste artigo, será dividida em lotes de 20.000 m<sup>2</sup>, 15.000 m<sup>2</sup>, 10.000 m<sup>2</sup> e 5.000 m<sup>2</sup>, destinados a doações, permutas ou venda, conforme conveniências do interesse público.

§ 2° - O projeto de loteamento e as alienações serão realizadas nos termos da Lei.

Art. 2° - Do loteamento referido no artigo 1°, fica o Poder Executivo autorizado a doar um lote com área de 20.000 m<sup>2</sup> ao Colégio Martinus, cuja localização será definida posteriormente ao loteamento.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.90

(a) GERNOTE KIRINUS

Apoiamento: Sabino Campos, Pirajá Ferreira, Cândido Bastos, Luiz Carlos Alborghetti e Nilton Barbosa.

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Martinus é uma escola comu-

nitária mantida pela Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba - União Paroquial, e de Utilidade Pública Estadual (n° 6.196 - 26.05.71). Nos moldes atuais, existe desde 1948. Sua história data, no entanto, do século passado (1866), quando os primeiros imigrantes alemães se fixaram em Curitiba, organizando sua vida comunitária com a criação de sua igreja e escola. A escola, assim como a igreja, desenvolveram-se até a criação de uma associação encarregada de administrar a chamada, na época, de Escola Alemã, construída onde hoje é a Praça 19 de Dezembro. O espaço era restrito no local, por isso, foram adquiridos 13 lotes onde hoje é o Hospital das Clínicas. Com a eclosão da II Guerra Mundial, a escola teve que mudar o nome devido à perseguição aos alemães estabelecidos no Brasil e passou a chamar-se Escola Progresso. Apesar disso, ainda durante o tempo de guerra, a escola, bem como os terrenos para a futura construção, foram confiscados, passando a escola a ser administrada pela UFPR, que mais tarde a fechou.

A partir destes fatos, a Comunidade Evangélica Luterana teve que iniciar novamente suas atividades educacionais junto à Igreja, na rua Trajano Reis, n° 199.

Em vista das injustiças a que foram vítimas os cidadãos de imigração alemã, bem como suas instituições, queremos restabelecer a justiça, devolvendo em parte o que lhes foi confiscado. O beneficiado seria o Colégio Martinus, que é o legítimo herdeiro deste resgate.

O Colégio Martinus é uma escola comunitária sem fins de lucro, isto é, todo saldo financeiro é reinvestido na própria escola, com o fim de beneficiar não só a comunidade religiosa, mas toda a comunidade curitibana, e até muitas cidades do interior do Estado, que encaminham estudantes para Curitiba.

No Colégio Martinus, atualmente estudam 2.400 alunos. Estes alunos frequentam desde a pré-escola até a 3ª série do 2° grau e Magistério.

O objetivo básico do Colégio Martinus é desenvolver nos seus alunos o senso crítico, criatividade e integração na dimensão de estar pronto a servir a sociedade dentro da formação integral (inclusive religiosa) que é oferecida pela escola.

Devido ao exposto, e com a premente necessidade de ampliar as instalações atuais (área de 6.000 m<sup>2</sup> para 2.400 alunos) e procurando um espaço mais amplo e fora do centro, vimos apresentar o presente projeto, solicitando doação da área onde hoje está construído e desativado o antigo Educandário Curitiba. Necessitaríamos de uma área com cerca de 20.000 m<sup>2</sup> para desenvolver nosso projeto de ampliação.

## PROJETO DE LEI N° 628/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1° - É concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor JOSÉ DIVINO DA ROCHA.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.90

(a) RUBENS BUENO

Apoiamento: João Arruda, Basílio Zanusso e Raul Lopes.

## JUSTIFICATIVA:

Como em tantos outros aspectos do conhecimento da realidade humana, a história está sempre se constituindo. Porém, tem prevalecido a história factual, aquela "contada" como de verdadeiros feitos heróicos pelos que se encontraram ou exerceram o poder, da exaltação aos reis ou governantes de qualquer ordem, objetivando a perpetuação dos seus nomes, caracterizando a história tantas vezes pela evocação e pelo personalismo. Significa dizer, como exemplo ilustrativo, que o general ganha a guerra, recebendo todas as honras de herói e vencedor, ignorando-se, portanto, o exército, o que esteve à frente do combate, tratado como "soldado desconhecido".

A história, apesar dos abnegados e incansáveis esforços de seus pesquisadores, tem sido escrita segundo a ótica e as circunstâncias de quem, detendo o saber como poder, registra-a dando à narrativa e à versão de acordo com os seus interesses e conveniências.

Talvez a história não possa ser refeita, por que já ocorreu. Mas, ao partirmos do pressuposto de que ligações sempre existem como o presente e futuro numa relação de causa e efeito, esta mesma história é passível, quase sempre, de ser reinterpretada, como se quiséssemos saber quem, como, onde e por quê existira aquele soldado, tirando-lhe a pecha de desconhecido que nunca foi.

O Brasil é um país feito de inúmeras histórias, muitas delas não nos damos conta. Há uma história que só a "conhecemos" pelo resultado material, por sua obra erguida, de concreto armado, de madeira pregada ou esculpida, de paralelepípedos, enfim, de casas, igrejas, escolas, plantações, máquinas... sem saber as mãos calejadas que possibilitaram a existência, a construção da obra, na qual foi derramado o suor do trabalho incansável, ativo, cuja perseverança parece sucumbir na falta de um justo e pleno reconhecimento desse labor.

João, Pedro, Maria, Paulo, Benedito, José, Aparecida, Francisco, Tereza, Antô-

nio, Joaquim, Rosa, Sebastião, são nomes comuns neste país de dimensões continentais, pensando que os seus destinos são feitos da divina providência, esquecendo-se que também são os senhores que traçam o seu destino, muitas vezes sem futuro.

Este Poder Legislativo de incontáveis histórias, concedeu inúmeros títulos de cidadania honorífica e benemérita a homens ilustres que, fora de qualquer dúvida, marcaram indelevelmente a vida cultural, política e econômica deste Estado.

Mas, a figura humilde e obreira do trabalhador não teve, concretamente, não uma homenagem, mas o reconhecimento sincero deste Parlamento, que bem sabe como se faz a vida do homem, que se une pela solidariedade e espírito fraternal e que a riqueza provém da labuta no seu dia-a-dia.

Como político, homem vindo da roça e tendo como primeira profissão engraxar sapatos, orgulho-me de meu passado, enraizado em minhas origens no campo, caminhando muitos quilômetros para chegar até a escola, ajudando meus pais na lida cotidiana. Por isso, sei como é a face do trabalhador, que é o rosto que nem sempre se vislumbra esperança e fé, tristeza ou amargura; nem sempre se nota a alegria ou agruras.

Assim sendo, ao falar do trabalhador, buscamos escolher alguém que o simbolizasse, que expressasse um só sentimento de luta, da sua imorredoura obstinação e envigadura.

José Divino da Rocha - o chamaremos sem cognomes, sem o "doutor", "senhor", ou "vossa senhoria" - não que deixasse de merecer, mas a simplicidade permite chamá-lo somente José Divino da Rocha. Mineiro de Bocaiúva, nasceu em 24 de agosto de 1942, mas a sua história começou mesmo no Paraná, em 1951.

Vindo com seus pais Antônio Gregório da Rocha (já falecido) e Maria Augusta de Souza, aqui chegaram trazendo consigo a esperança por dias melhores, movidos por uma vontade de trabalhar e vencer, com coragem e determinação para enfrentar uma inóspita região do município de Itaguaí, o antigo Lupiãozinho. A colonização estava apenas começando.

Já em 1959, depois de dois dias de viagem, se mudaram para a Nova Cantu, região de Campo Mourão. A lavoura foi novamente o seu ganha-pão, difícil e sem fartura, mas com dignidade e honradez que jamais deixaram de possuir. José Divino da Rocha desde muito jovem tinha dentro de si despertado uma consciência, não individual, mas sob a égide do bem comum, da união entre os homens, somando os seus esforços que pudessem tornar realidade os seus sonhos, sobretudo de justiça social.

Casado com Neusa Aparecida Rocha, re-

solveram, em 1972, morar em Campo Mourão, se estabelecendo em uma cidade de melhor porte, buscando uma oportunidade de emprego e pensando nos filhos Creusa, Noeli, José Valdecir, Antônio Jecci, Elisângela e Francieli, de criação.

Em Campo Mourão, José Divino da Rocha só conheceu um lugar onde a vida inteira morou, a Vila Urupês. Durante seis meses, já trabalhando na CODUSA - Companhia de Desenvolvimento Urbano e Saneamento, morou de aluguel, para logo em seguida, ali mesmo, comprar o seu lote para construir a sua modesta casa.

José Divino da Rocha não se voltou apenas às atividades como pedreiro. Despertou junto àquela comunidade de que ela deveria se organizar, para, ordeiramente e com força, conquistar as melhorias para a Vila Urupês. Era 1985, surgia então a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Urupês, formada por trabalhadores, donas-de-casa, aposentados, estudantes, comerciantes, etc.

As lutas foram muitas, com independência e respeito, as conquistas vieram não de outra forma senão a cobrança de seus membros através da Associação. Asfalto, escola, que bem poderia ter ficado sem nada disso, se houvesse acomodação e indiferença.

Dos inúmeros exemplos como Presidente, José Divino da Rocha esteve à frente da luta por um Centro Comunitário, hoje uma realidade que ficaria no sonho se o idealismo não fosse perseguido tenazmente, com a comunhão e a organização comunitárias.

José Divino da Rocha retrata o autêntico sentimento de brasilidade que, com audácia, faz da luta a sua profissão de fé, perene e brilhante. Ele espelha um País de infinitas faces e de múltiplos traços, mas de uma só identidade, do homem trabalhador.

Neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao apresentarmos este Projeto de Lei, o fazemos acima de tudo imbuídos no propósito de tentar ao menos reconhecer a bravura dos homens que, no anonimato, fizeram e continuam a construir com amor, esperança, sonhos e labor, uma Nação cuja riqueza produzem, mas dela não fazem parte, enfrentando desigualdades sociais que não podem perdurar. José Divino da Rocha, como milhares de brasileiros, quer o Brasil forte, que não seja somente recordista na produção e exportação de grãos, mas que tenha alimento na sua mesa, um teto que seja seu; que existam escolas e universidades, mas que todos tenham acesso ao saber e à cultura; não querem suntuosos edifícios com hospitais ou fábricas e indústrias, mas que possuam saúde, emprego e remuneração justa; enfim, não quer apenas que todos sonhem, mas que

a sua concretização seja vivenciada por todos, como lembra João Cabral de Melo Neto, em "Morte e Vida Severina":

"E dentro da tarde mansa  
Agigantou-se a razão  
De um homem pobre e esquecido  
Razão porém que fizera  
Em operário construído  
O operário em construção."

PROJETO DE LEI N° 629/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo doar ao município de Pato Branco, imóvel constituído dos lotes urbanos n.ºs 07, 08, 09, 10 e 11, da Quadra 76, totalizando uma área de 5.576,15 m<sup>2</sup>, localizado na cidade de Pato Branco, naquele Município.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A pretendida doação tem por objetivo instalar no imóvel o Corpo de Bombeiros.

Para melhor compreensão da área total a ser doada, aqui detalhamos os lotes supra citados:

LOTE N° 07

Quadra n° 76, sita à rua Tapir, esquina com a rua Tocantins, cidade de Pato Branco, contendo área de 153,67 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, dentro dos seguintes limites e confrontações: NORTE: com a rua Tapir com 38,00 m; SUL: com o lote n° 08 com 33,34 m; LESTE: com a rua Tocantins com 43,63 m; OESTE: com o lote n° 06 com 25,37 m. Ref. reg. ant. sob n° 1524 do livro n° 3-B.

LOTE N° 08

Quadra n° 76, sita a rua Tocantins, cidade de Pato Branco, contendo área de 1.002,90 m<sup>2</sup>, com benfeitorias, dentro dos seguintes limites e confrontações: NORTE: com o lote n° 07 com 33,43 m; SUL: com o lote n° 09 com 33,34 m; LESTE: com a rua Tocantins com 30,00 m; OESTE: com os lotes n.ºs 06 e 19 com 30,00 m. Ref. reg. ant. sob n° 1525, do livro n° 3-B.

LOTE N° 09

Quadra n° 76, sita a rua Tocantins, cidade de Pato Branco, contendo área de 1.029,90 m<sup>2</sup>, com benfeitorias, dentro dos seguintes limites e confrontações: NORTE: com o lote n° 08 com 33,34 m; SUL: com o lote n° 10 com 33,34 m; LESTE: com a rua Tocantins com 30,00 m; OESTE: com o lote n° 19 com 30,00 m. Ref. reg. ant. n° 1.526, do livro 3-B.

LOTE N° 10

Quadra n° 76, sita à rua Tocantins, esquina com Ladeira do Betto, cidade de Pato Branco, contendo área de 1.337,20 m<sup>2</sup>, com benfeitorias, dentro dos seguintes limites e confrontações: NORTE: com o lote n° 09 com 33,43 m; SUL: com a Ladeira do Betto com 33,34 m; LESTE: com a rua Tocantins com 40,00 m; OESTE: com os lotes n° 12 e 13 com 29,74 m. Ref. reg. ant. sob n° 1.527, do livro n° 3-B.

**LOTE N° 11**

Quadra n° 76, sita à rua Tocantins, esquina com a rua Itabira, cidade de Pato Branco, contendo área de 1.052,48 m<sup>2</sup>, dentro dos seguintes limites e confrontações: NORTE: com o lote n° 10 com 23,43 m; SUL: com a rua Itabira com 23,50 m; LESTE: com a rua Tocantins com 44,00 m; OESTE: com o lote n° 12 com 45,84 m. Ref. reg. ant. sob. n° 1.528 do livro n° 3-B.

**PROJETO DE LEI N° 630/90**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Acrescente-se ao artigo 1°, § 2°, com a redação abaixo, modificando-se a numeração do atual parágrafo único em § 1°:

"Art. 1° - ...

§ 1° - ...

§ 2° - Aos funcionários inativos da Secretaria do Tribunal da Justiça, que atenderam a elaboração da Revista Trimestral de Jurisprudência e Paraná Judiciário ou responderam pelos serviços de Biblioteca, por ato da Presidência, durante período igual ou superior a 10 (dez) anos, fica assegurado o direito previsto no artigo 16, da Lei n° 7.547, de 10 de dezembro de 1981, em relação ao cargo previsto na alínea "b" do inciso I, deste artigo."

Sala das Sessões, em 11.12.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoio: Nereu Carlos Massignan, Rubens Bueno e Hermas Brandão.

**JUSTIFICATIVA:**

Por mais de uma década, dedicados servidores do Tribunal de Justiça, designados pela Presidência, depois de iniciarem os trabalhos para a formação da Biblioteca e editarem as primeiras Revistas de Jurisprudência, constituíram a base do atual Centro de Documentação.

Se hoje, o moderno sistema de informática oferece um atendimento exemplar à Justiça, não se pode negar que ele é fruto da evolução daquilo que foi plantado com o auxílio dos funcionários que prestaram sua valiosa colaboração à administração, sem receber, na época, sequer uma pequena gratificação.

O seu número é diminuto, podendo-se contar nos dedos de uma só mão, mas, o resultado dos seus esforços, registrados nos

assentamentos funcionais, repletos de elogios, são reconhecidos pela administração, que deve lhes dar igual tratamento funcional.

Tanto as revistas, que continuam a ser editadas, quanto a biblioteca, são os sustentáculos do Centro de Documentação.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto às Lideranças do PL, PT, PDS, PFL, PDT, PDC, PTB, PRN, PSDB e PMDB, se farão uso de Horário?

Todos declinam.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Aditiva de Plenário ao Projeto de Lei n° 582/90, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, com apoio dos Senhores Deputados Rubens Bueno, Hermas Brandão e Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Autue-se como Projeto em separado.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, com apoio dos Senhores Deputados Raul Lopes, João Arruda e Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 321/89. Retirado pelo autor.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu requero verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - O Deputado pede para o requerimento a verificação de votação?

O SR. PEDRO TONELLI - Para o requerimento.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Eu também solicito chamada nominal.



O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal).

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Declino da chamada nominal.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu mantenho a verificação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Eu mantenho a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - O Senhor 1º Secretário continuará procedendo à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Continua a chamada nominal).  
(Interrompida a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Com a palavra o Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, eu faço um apelo ao Deputado Luciano Pizzatto, para que desista da preferência requerida, e ao Deputado Pedro Tonelli para que desista da verificação de votação, para que a sessão não caia, porque nós sabemos que o nosso Presidente, Deputado Anibal Khury, foi representar este Poder em União da Vitória, na inauguração da 3ª Vara daquela Comarca, e está representando este Poder, e nós Deputados, ao lado do Deputado Luciano Pizzatto, que representamos a Comarca de União da Vitória.

Então, faço um apelo a Vossa Excelência para que a sessão não caia e nós possamos, na continuidade, aprovar toda a matéria da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Com a palavra, o Deputado Luciano Pizzatto.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Senhor Presidente.

Eu acho que, a pedido dos Senhores Deputados, eu poderei retirar o meu requerimento. Só gostaria de deixar registrado o seguinte: este Projeto de Lei que está tramitando há mais de um ano na Assembléia Legislativa, já foi retirado de votação a pedido da Liderança do PMDB. Após esta retirada de votação, há um ano atrás, nós fizemos até mesmo um seminário nesta Casa, com todas as entidades interessadas no assunto. Fizemos consultas, das quais nós temos cópias, à UCREIA, à Associação de Agrônomos, entidades públicas; e abrimos um processo protocolado no IBAMA, que foi

analisado em Brasília e retornou a nós com as proposições, e é um Projeto que nada mais tem a ver de conflito com a Lei de Meio Ambiente do Estado, que é outra coisa.

Depois deste período de um ano de espera, nós consultamos às Lideranças; ontem falei com a Liderança do PMDB, com o Deputado Caíto; ontem não, há mais de quinze dias, e ontem reiterei que nós colocaríamos hoje, aqui, em votação.

Desta forma, eu retiro o meu pedido, mas não compreendo por que o Deputado Lauro entrou com requerimento pedindo a retirada da Ordem do Dia, para a qual eu vou pedir verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Retirada então, de votação, o requerimento encaminhado pelo Deputado Luciano Pizzatto.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu retiro a verificação também, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Retirada a verificação de votação do Deputado Pedro Tonelli.

Na sequência à sessão, com a Ordem do Dia.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, pela ordem.

Eu só quero comunicar à Mesa que acabo de receber as emendas do Projeto nº 266/90. Apenas hoje recebemos estas emendas para analisar e votar este Projeto amanhã.

Apenas uma preocupação, que fique consciente a Presidência desta Casa, que apenas agora estamos recebendo as emendas do Projeto nº 266/90.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa esclarece que não houve condição de fazer com que as emendas chegassem ao conhecimento dos demais Parlamentares, em função de problemas técnicos na gráfica da Assembléia.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, apenas a minha justificativa é para dizer que amanhã nós votamos este Projeto de tamanha importância, e estamos recebendo apenas hoje o conhecimento destas emendas.

Eu agradeço, Senhor Presidente da Mesa, pela atenção.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 548/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 186/90), que aprova um crédi-



to suplementar alterando o orçamento de 1990 da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 131 de 01.11.90 - Mensagem)

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 171/90, de autoria do Deputado PEDRO TONELLI, que estabelece regras para o uso, pelo Poder Público Estadual, das formas e meios de comunicação social na sua publicidade obrigatória, divulgação de realizações estatais ou campanhas, ou patrocínios de interesse público, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 539/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União dos Escoteiros do Brasil, Grupo Escoteiro Baden Powell, o porão do imóvel pertencente à FASPAR, situado na Unidade Social Oficial Diva Pereira Gomes. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, pela ordem.

Senhor Presidente, apenas para fazer um apelo a Vossa Excelência, nós estamos de posse da Ordem do Dia, então acho que não há necessidade de repetir toda a leitura do Projeto.

É um apelo a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Atendido o seu apelo, Deputado Erondy Silvério. Aprovado o Projeto.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 578/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que concede uma pensão no valor de Cr\$ 16.659,10 (dezesesseis mil, seiscentos e cinquenta e nove cruzeiros e dez centavos) a Senhora Maria de Lurdes Mendes de Camargo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 582/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Of. n° 83/90K GS - GP), que altera o quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 597/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 210/90), que concede a gratificação de Regência de Classe, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor mensal que resultar do respectivo número de horas/aula efetivamente ministradas ou acompanhadas, aos servidores integrantes

do quadro de pessoal da Fundação Teatro Guaíra, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 598/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 211), que concede gratificação por apresentação de espetáculo, a ser paga aos servidores do quadro geral da Fundação Teatro Guaíra. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 175/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 105/90, ex-Proposição n° 66/90), que ratifica os convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os municípios de Ponta Grossa e Alto Paraná, em 04.04.90, e com o município de Guaratuba em 06.03.90, objetivando reparo de veículos, de instalações e de equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 176/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 107/90, ex-Proposição n° 83/90), que ratifica o convênio celebrado em 03.04.90, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do DECOM, com o município de Loanda, objetivando a construção da 2.<sup>a</sup> Companhia Policial Militar do 8° Batalhão, no referido Município. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 177/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 108/90, ex-Proposição n° 84/90), que ratifica o convênio e o primeiro termo aditivo celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o município de Cascavel e a Associação Comercial e Industrial de Cascavel, objetivando a manutenção e reparo de veículos, instalações e equipamentos das Polícias Civil e Militar. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 178/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 111, ex-Proposição n° 87/90), que ratifica o convênio de cooperação técnica e financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda e o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná, visando a execução do Programa de apoio empresarial para 1990, e ao 6° termo aditivo, de cooperação técnica, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda e a Universidade Estadual de Londrina, objetivando a execução de trabalhos na área de recursos

humanos. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 179/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 112, ex-Proposição n° 91/90), que ratifica o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Sociedade Paranaense de Cultura - SPC, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, objetivando a publicação dos Anais do I Encontro Sulamericano de Fonoaudiologia. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 180/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 113/90, ex-Proposição n° 92/90), que ratifica o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da SESP, com a UFPR e a Fundação UFPR, para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, objetivando a realização do curso de especialização em Ciências Penais, a nível de pós-graduação. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 182/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 106/90 - ex-Proposição n° 85/90), que ratifica o 1° termo aditivo firmado ao convênio de cooperação técnica n° 01/89, celebrado entre o Estado do Paraná, através do DER e a Bosca Distribuidora de Asfalto S.A., objetivando a prestação de orientação técnica e operacional. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 183/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 124/90, ex-Proposição n° 120/90), que ratifica o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da SESP e o município de São José das Palmeiras, objetivando reparo de veículos da Polícia Civil. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 184/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 125/90, ex-Proposição n° 121/90), que autoriza o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, com a Fundação Caetano Munhoz da Rocha- FCMR, objetivando a prestação de apoio financeiro, visando a realização, pela FCMR, dos projetos de pesquisas constantes do anexo I da referida minuta. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 185/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 128/90, ex-Proposição n° 122/90), que autoriza o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Paraná a celebrar convênio com o IAPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de pesquisas, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 186/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 130/90, ex-Proposição n° 122/90), que autoriza o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com a Fundação de Pesquisas Florestais - FUPEF, objetivando a prestação de apoio financeiro, visando a realização, pela FUPF, dos projetos de pesquisa constante no anexo I da referida minuta. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 187/90, de autoria do Deputado Mário Pereira, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Matelândia, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Ramilândia. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 188/90, de autoria do Deputado Acir Mazzadri e outros, que torna sem efeito a Resolução n° 28/90. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Em discussão.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Continuo votando este Projeto que torna sem efeito uma medida altamente exemplar que este Parlamento adotou no mês de maio passado e agora torna sem efeito.

Voto contrariamente pelos motivos expostos pelos próprios Deputados na época, por aqueles motivos.

Os motivos alegados neste momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o motivo principal é que Suas Excelências os Parlamentares, têm que gastar muito com assistência social. Se for para gastar muito com assistência social, porque nós não destinamos diretamente aos órgãos que prestam assistência social? Tem uma emenda de minha autoria, que até agora não conseguiu número mínimo de assinaturas.

Tem quatro assinaturas somente, onde eu estava propondo que esses recursos deveriam ser destinados, por exemplo: à Liga Paranaense de Combate ao Câncer, que é uma entidade assistencial que está em crise e

que atende os mais necessitados deste Estado.

Lá se justifica gastar recursos para assistência social. Estou propondo também que a partir do ano que vem, será destinado às entidades assistenciais credenciadas, que se credenciarão junto à Mesa Executiva deste Parlamento até 1º de março, obviamente a futura Mesa Executiva deste Parlamento.

No entanto estamos tendo dificuldades até de apoio para apresentar uma emenda de tal envergadura, por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, faço um apelo, pela última vez, vamos pôr a mão na consciência e vamos tomar uma atitude exemplar.

Parlamentar não é assistente social de luxo. Parlamentar é um legislador.

Parlamentar é alguém que transforma em Lei a vontade majoritária deste Estado, esta é a função verdadeira nossa e do Parlamento. Não é assistente social de luxo, não; nós não podemos de maneira nenhuma utilizar recursos públicos para fazer clientelismo, fazer assistencialismo e o que é pior, fazer demagogia perante a opinião pública e mostrar que a função do Parlamentar é ficar fazendo clientelismo e assistencialismo.

Por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados, registre-se aqui o meu voto contrário a essa iniciativa porque ela não condiz com os princípios adotados há dez anos até hoje, desde que surgiu o nosso partido e a nossa visão de Parlamento e de Parlamentar que nós temos.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - (Para Encaminhar)

Eu estranho o nobre Deputado Pedro Tonelli, no apagar das luzes deste mandato, demagogicamente vir apresentar uma emenda, quando Sua Excelência vai para Brasília gozar as benesses da Câmara Federal, quatro passagens de ida e volta, via Rio de Janeiro, que acostumado a fazer viagens internacionais por conta do partido, que destruiu um carro da Assembléia na semana passada, causando um prejuízo de mais de um milhão de cruzeiros, quando os sem-terras à margem das estradas estão aí a passar fome e eu desafio o Deputado Pedro Tonelli para saber quantas cadeiras de roda ele forneceu nos quatro anos de seu mandato, quantas pernas mecânicas, quantos caixões de defunto, quanta assistência, porque sabemos que Sua Excelência, quando este Deputado era Presidente, a sua verba de assistência social não era destinada às entidades, estava aí a mofar e a Sua Excelência aqui a fazer demagogia.

Deputado Pedro Tonelli a demagogia do PT vai para Brasília. Vossa Excelência lá vai cair na vala comum dos demagogos, por-

que aqui Vossa Excelência procura espaço na imprensa para denegrir a imagem dos Deputados sérios, que trabalham neste Parlamento.

Por isso, Senhores Deputados é inadmissível que o Senhor Deputado Pedro Tonelli venha no fim, na última semana, quando não cumpriu a sua missão de fazer assistência social, quando sabemos que vários sem-terras estão morrendo à mingua porque o Governo não dá de comer e Vossa Excelência aqui usufruindo de carro, usufruindo de mordomias de gabinete, de funcionários fantasmas, inclusive funcionário de Vossa Excelência que recebia na Assembléia sem trabalhar vai ser Deputado Estadual, nesta Casa na próxima Legislatura, e temos aqui registrado nesta Casa, Deputado Pedro Tonelli.

Vossa Excelência, não vai sair daqui sem chumbo. Vossa Excelência vá cantar de honesto e sério lá em Brasília.

Nós não admitimos que Vossa Excelência venha denegrir a imagem desta Legislatura que se finda, com Deputados sérios, Deputados trabalhadores que fazem assistência social, Deputados que têm a sensibilidade e têm o coração.

O homem que foi criado à imagem e semelhança de Deus, o nosso irmão, tem de ser atendido nas horas difíceis; e Vossa Excelência com a demagogia, não faz assistência social.

Nós fazemos, eu faço com muita honra e, por isso fui eleito para o 5º mandato, não fazendo demagogia, mas fazendo assistência social para os pobres e desamparados deste Estado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, eu queria deixar a este Plenário que as afirmações ditas pelo Deputado Antônio Annibelli eu não as aceito. Para mim a conclusão que eu tiro, Senhores Deputados é que o Deputado Antônio Annibelli saiu do espelho agora há pouco e tenta descrever o seu comportamento acusando outro Parlamentar.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, eu fui citado pelo Deputado "sem mordomia" Pedro Tonelli, e dizer que o meu espelho é a tradição da minha família: 11 mandatos conquistados em seguida com o voto popular, 11 mandatos, 44 anos, 44 anos.

Isto é espelho que serve de exemplo a Vossa Excelência para ir à Brasília e ver os 3 mandatos do meu pai e os 2 mandatos que lá cumpri e os 5 mandatos aqui, sendo 2 meus e 3 do meu pai aqui.

Isso serve de exemplo a Vossa Excelência para que Vossa Excelência se espelhe em 11 mandatos, 44 anos de serviço.

O SR. RUBENS BUENO (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, o Projeto apresentado pelo Deputado Acir Mezzadri vem contrariar uma decisão que nós tomamos no mês de maio no gabinete da Presidência desta Casa, quando cerca de 30 Parlamentares concordaram com o Presidente e com a Mesa de que o pagamento deste valor aos seus Parlamentares era ilegal, e que, portanto, a decisão tomada é de revogar aquele ato, já consubstanciado pela sua ilegalidade. Diante disso, pela absoluta coerência àquela reunião e ao resultado que todos nós conseguimos aprovar este Projeto de Resolução n° 28/90, definitivamente sepultar este tipo de ajuda, neste momento também eu voto contra o Projeto do Deputado Acir Mezzadri pela absoluta coerência com os 30 Deputados presentes àquela reunião.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em discussão o Projeto de Resolução n° 188/90.

Encerrada a discussão, em votação. Aprovado, com votos contrários dos Deputados Rubens Bueno, Luciano Pizzatto, Pedro Tonelli, Neivo Beraldin, Antônio Annibelli...

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Eu voto favorável, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Vossa Excelência já tinha anunciado o resultado e apenas estava registrando os votos contrários.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Presidência ainda não tinha dado o resultado da votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Annibelli tem 5 mandatos e ainda não conhece o Regimento Interno, não sabe ainda que é após a votação que se pede a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Eu pediria a atenção dos Senhores Parlamentares para que pudessemos fazer a verificação de votação.

Os Senhores Deputados favoráveis ao Projeto queiram levantar-se. Os Senhores Deputados contrários queiram levantar-se.

28 votos favoráveis e 4 contrários.

Está aprovado o Projeto.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Se-

nhor Presidente, apenas uma declaração de voto.

Também como disse o Deputado Rubens Bueno, por uma questão de coerência, eu não posso me calar após ter votado.

Votei favoravelmente à Proposição, mas também devo dizer que não podia... deixar de fazê-lo, de que houve realmente entendimento e fez alusão o Deputado Rubens Bueno. Eu estou votando aqui, como votamos inúmeras matérias inconstitucionais de iniciativa inclusive do Executivo. Resta-lhe na apreciação, o recurso da sanção ou não. Para dizer, no caso em tela, que no meu entendimento, compete à Comissão Executiva agora para autorizar o pagamento se a resolução tem fundamento legal ou não. Por isso nós temos uma Comissão Executiva que dirige, que preside, que administra esta Casa.

Muito obrigado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 54/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 31/90), que autoriza aquele Poder a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União Federal, através do Tribunal Regional do Trabalho, imóvel do Estado, localizado no município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

#### COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 54/90

P A R E C E R:

Oriundo do Poder Executivo, na Mensagem n. 31/90, o plano de lei em tela, tem por objetivo autorizar este Poder a ceder em caráter de utilização gratuita à União Federal, através do Tribunal Regional do Trabalho, imóvel do Estado, localizado no município de Toledo.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 194/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 72/90), que autoriza aquele poder a doar ao município de Castro um imóvel medindo 12,10 hectares e benfeitorias nele existentes, no mesmo município. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 194/90

P A R E C E R:

O plano de lei, em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 72/90, o plano tem por objetivo autorizar este Poder a doar ao município de Castro um imóvel medindo 12,10 hectares e benfeitorias nele existentes, no município de Castro.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 203/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 76/90), que autoriza aquele Poder a doar ao município de Campo Mourão a área de terras que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 203/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade autorizar que o Poder Executivo, possa doar ao município de Campo Mourão área de terra que especifica.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

O Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 292/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 97/90), que autoriza aquele Poder a ceder, em caráter de utilização gratuita, à FUEM (Fundação Universidade Estadual de Maringá) imóveis localizados no município de Cianorte, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI N° 292/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 97/90, tem por objetivo autorizar este Poder a ceder em caráter de utilização gratuita à Fundação Universidade Estadual de Maringá, 10 salas de aula, 01 (uma) sala destinada a biblioteca e uma residência destinada ao guardião, todas do Bloco I, do Colégio Estadual "Igléa Grolimann", do município de Cianorte.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 385/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.115/90), que autoriza aquele Poder a, mediante escritura pública, transferir à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, a título de aumento de capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 385/90

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 115/90, o plano de lei em tela encaminhada esta Casa Legislativa, visa autorizar o Poder Executivo a mediante escritura pública, transferir a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, a título de aumento de capital, os imóveis que se encontram especificados no presente plano.

No plano constitucional a matéria não encontra impedimento e neste sentido, esta douta Comissão Geral ao ser chamada a opinar vem a se pronunciar favoravelmente.

Nesta condição, o parecer é favorável, sendo pela aprovação do Projeto de Lei n. 385/90.

É o parecer.

Sala das Sessões em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.

454/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 158/90), que autoriza aquele Poder a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Rio Negro, o imóvel pertencente ao Estado do Paraná, localizado naquele município. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 454/90

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 158/90 o plano de lei encaminhado a esta Casa Legislativa, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao município de Rio Negro, o imóvel pertencente ao Estado do Paraná, localizado naquele Município.

A matéria não encontra impedimento no plano constitucional. Neste sentido esta douta Comissão Geral vem a se pronunciar favoravelmente.

Assim sendo o parecer é pela Aprovação do Projeto de Lei n. 454/90.

É o parecer.

Sala das Sessões em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 461/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que institui a região metropolitana de Pato Branco e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 461/90

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado José Rogério Carvalho, o projeto de lei em questão visa instituir a Região Metropolitana de Pato Branco e dá outras providências.

Encontra a matéria apoio no plano constitucional, podendo pois proceder a aprovação desta colenda Casa.

Neste sentido esta douta Comissão Geral vem a se pronunciar favoravelmente pela presente medida.

É o parecer.

Sala das Sessões em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 465/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 151/90), que altera a estrutura-

ra organizacional básica da Polícia Civil do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 465/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 151/90, objetiva alterar a estrutura organizacional básica da Polícia Civil do Estado.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 466/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 152/90), que altera a redação do artigo 290 da Lei Complementar n° 14 de 26.05.82, alterado pela Lei Complementar n° 19, de 29.12.83. (Quadro de Pessoal da Polícia Civil). Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 466/90

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 152/90, objetiva alterar a redação do artigo 290 da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982, alterada pela Lei Complementar n° 19, de 29 de dezembro de 1983 que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental da presente proposta, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas Condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

Pirajá Ferreira - Relator.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 467/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 157/90), que regulariza a situação dos inativos no cargo de guarda civil da extinta Guarda Civil, assegurando-lhes proventos equivalentes à 4.<sup>a</sup> classe

da carreira de agente de segurança do quadro de pessoal da Polícia Civil. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 467/90

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 157/90, objetiva regularizar a situação dos inativos no cargo de guarda civil da extinta Guarda Civil, assegurando-lhes proventos equivalente à 4.<sup>a</sup> classe da carreira de agentes de segurança do Quadro de Pessoal da Polícia Civil.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental da presente proposta, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas Condições, esta Comissão Geral, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90  
(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;  
PIRAJÁ FERREIRA - Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 579/90, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que cria o município de Laranjal, desmembrado do município de Palmital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 579/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, que cria o município de Laranjal, desmembrado do município de Palmital.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental da presente proposta, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas Condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90  
(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;  
PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 581/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Datiloscopistas do Estado do Paraná - ADEP, com sede e foro nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 581/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado José Rogério de Carvalho, objetiva declarar de Utilidade Pública a "Associação dos Datiloscopistas do Estado do Paraná - ADEP", com sede e foro nesta Capital.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental da presente proposta, notamos a sua conformidade com o disposto na Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90  
(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;  
PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 590/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 590/90

PARECER:

De autoria do nobre Deputado José Rogério de Carvalho, o presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco, com sede e foro no município de Pato Branco, neste Estado.

O Conselho Comunitário de Segurança de Pato Branco é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, constituída de pessoas jurídicas e físicas interessadas em colaborar com a Segurança Pública.

O mérito da matéria consubstanciada no projeto de lei em tela é de inegável importância social, além do que constatou-se a inexistência de óbices legais ou constitucionais ao seu trâmite nesta Casa de Leis, sendo o nosso Parecer. FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90  
(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;  
PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 604/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 219/90), que altera, a partir de 1° de novembro de 1990, na forma do anexo desta Lei, a tabela de vencimentos de que trata o anexo I da Lei n° 9341, de 18.07.90, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, ar-



tigo por artigo.

## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI N° 604/90

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, o presente Projeto de Lei altera, a partir de 1° de novembro de 1990, na forma do anexo a este Plano de Lei, a tabela de vencimentos de que trata o anexo I da Lei n° 9341, de 18.07.90, conforme especifica.

O plano de lei ora submetida, a essa Augusta Casa é por todos os aspectos justo e oportuno, eis que visa conceder aos integrantes do Quadro Próprio de Jornalistas, criado pela Lei acima referida, tratamento semelhante ao conferido pela Lei n° 9371/90, às carreiras do Quadro Geral do Estado e assim eliminar distorções salariais existentes.

Pelo acima exposto, e por ser a matéria constitucional, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 605/90, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça (Of. n° 1154/90), que concede aos ocupantes dos cargos de nível universitário do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a gratificação de responsabilidade técnica prevista pela Lei n° 9.049, de 06.07.89. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI N° 605/90

PARECER:

De autoria da Procuradoria Geral da Justiça, o presente projeto de lei concede aos ocupantes dos cargos de nível universitário do quadro de pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a gratificação de responsabilidade técnica prevista pela Lei n° 9.049, de 06.07.89.

O projeto de lei em tela, se merecedor do necessário beneplácito, virá a possibilitar que se restabeleça o signo da harmonia em matéria de vencimentos, em observância ao princípio da isonomia.

Assim sendo, em observância à inexistência de impedimentos legais e/ou constitucionais ao trâmite do Projeto nesta Casa de Leis, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 607/90, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 222/90), que aprova créditos suplementares, alterando o orçamento geral do Estado, para os órgãos da administração direta e indireta, no valor de Cr\$ 103.624.924,00, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI N° 607/90

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, o presente projeto de lei aprova créditos suplementares, alterando o orçamento geral do Estado, para os órgãos da administração direta e indireta, no valor de Cr\$ 103.624.924,00, conforme especifica.

O projeto de lei em tela obtém os recursos para a cobertura do referido crédito em decorrência de remanejamento de recursos próprios da FAMEPAR e cancelamento de dotações orçamentárias da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, tendo como objetivo executar as ações programadas pela Administração Pública Estadual.

Assim sendo, pelas razões acima expostas, e por ser a matéria constitucional, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 608/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 221/90), que fixa em 150% (cento e cinquenta por cento) sobre o vencimento básico, a gratificação dos servidores em exercício no Departamento Penitenciário do Estado, pelo exercício em determinadas zonas ou locais, previstos no artigo 172, item X da Lei n° 6.174, de 16.11.70, e referidos no artigo seguinte. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI N° 608/90

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, o presente projeto de lei fixa em 150% (cento e cinquenta por cento) sobre o vencimento básico, a gratificação dos servidores em

exercício no Departamento Penitenciário do Estado, pelo exercício em determinadas zonas ou locais, previsto no art.172, item X da Lei n° 6.174, de 16.11.70, e referidas no artigo seguinte.

O presente projeto de lei reveste-se de indubitável relevância, sendo sua necessidade, importância e oportunidade de percepção intuitiva, só podendo trazer como efeito colateral uma maior segurança a coletividade.

Assim sendo, na ausência de óbices legais e constitucionais ao trâmite do Projeto nesta colenda Casa de Leis, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PIRAJÁ FERREIRA - Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 619/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 224/90), que reestima a receita de recolhimento centralizado e aprova créditos suplementares, alterando os orçamentos da chefia do Poder Executivo e da administração geral do Estado - recursos sob supervisão da SEFA; e retifica código constante do anexo I, da lei n° 9.451, de 29.11.90. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE LEI N° 619/90

#### PARECER:

Oriundo do Poder Executivo (Mensagem n° 224/90), o presente projeto de lei reestima a Receita de Recolhimento Centralizado e aprova créditos Suplementares, alterando os orçamentos da Chefia do Poder Executivo e da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA, e retifica código constante do anexo I, da Lei Estadual n° 9.451, de 29 de novembro de 1990.

O projeto de lei em tela justifica-se pela necessidade de atualizar orçamentos que dada a imprevisibilidade da economia nacional encontram-se anacrônicos, bem como retificar a Lei Estadual acima mencionada.

Nestas condições, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, dada a inexistência de óbices legais e/ou constitucionais ao trâmite do projeto nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do projeto de Resolução n° 18/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de ple-

biscito na área que especifica, no município de Nova Aurora, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Palmitópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

#### COMISSÃO GERAL

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 181/90

#### PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, objetiva autorizar a realização de plebiscito na área do município de Nova Aurora, para que a população decida sobre a criação do município de Palmitópolis.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da autorização em tela, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de resolução.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

PIRAJÁ FERREIRA - Relator.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 190/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 132/90, ex-Proposição n° 126/90), que autoriza o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de pesquisas, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 191/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 131/90, ex-Proposição n° 125/90), que autoriza o Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com a SANEPAR objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de pesquisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 193/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 138/90, ex-Proposição n° 131/90), que autoriza o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com o CEPET, objetivando a realização dos projetos constantes no anexo do referido convênio. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 194/90, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (ex-Proposição n° 169/90), que aprova a prestação de contas do governo do Estado do Paraná referente ao exercício de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Este projeto de resolução tem o objetivo de aprovar as contas do Governo do Estado do exercício de 1989. Na sessão de ontem já chamei a atenção dos nobres Pares. Hoje eu queria aprofundar esta matéria ora em discussão. É lamentável que nós, Parlamentares que temos responsabilidade política, responsabilidade pública perante todos os paranaenses, este Poder que tem a chave da fiscalização das contas públicas dos três Poderes, não pode votar e aprovar as contas do Estado de 1989 da forma como está sendo encaminhada neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É óbvio que temos uma Comissão de Tomada de Contas. É óbvio que temos um Tribunal de Contas; mas o Plenário, é supremo para apreciação. Então, assim entendo que os 54 Parlamentares que aqui estão é que têm o poder supremo de apreciar, deliberar e votar sobre aprovação ou não das contas públicas do Estado do Paraná do exercício de 1989. Ora, eu sou um dos 54 e confesso que não estou nas mínimas condições de aprovar este parecer que aprova as contas do Estado. Passei quatro anos neste Parlamento tentando descobrir, através de Pedidos de Informação, através de mecanismos oficiais de que este Parlamento dispõe, tentar saber, por exemplo, quanto se gastou com publicidade oficial no Estado do Paraná às custas dos cofres públicos, tanto na administração direta quanto indireta. E encerro este mandato lamentando que até hoje eu, como fiscal do povo do Paraná, não sei quanto se gastou nestes quatro anos e muito menos neste ano de 1989 do qual estamos aprovando as contas. Não sei se o Banco do Estado do Paraná está dando lucro, está dando prejuízo. Não sei se a Copel está em vermelho ou está em verde...Eu gostaria de saber, porque eu fui eleito para isto. No entanto, Sr. Presidente, se traz para este Parlamento, no apagar das luzes, a prestação de contas de 1989 sem conhecimento prévio dos Parlamentares das contas, já estamos votando em segunda discussão e até agora não vi as contas do Estado, só vi o parecer da tomada das contas. Será que esta Comissão de Tomada de Contas apreciou devidamente as contas, ou será que assinou um daqueles pareceres modelo que são trazidos lá do almoxarifado e somente se assina dando pa-

recer favorável sem apreciação? É uma indagação que permanece, eu poderia ter uma opinião contrária, se acaso eu tivesse conhecimento das contas, tivesse um conhecimento mínimo, eu tivesse as informações necessárias, que são direito constitucional que nunca foi reconhecido, nem pelo Executivo e nem por este Parlamento, porque os requerimentos de informações meus, do Deputado Algaci Túlio, do Deputado Ne-reu Massignan, de tantos outros Deputados que tomaram iniciativa, a maioria deles sempre foi rejeitado aqui neste Parlamento.

Será Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu tenho que aprovar as contas do Estado, com base num relatório elaborado pelo Deputado Nestor Batista, que hoje é Conselheiro do Tribunal de Contas? Será que eu tenho que confiar piamente, sem conhecer no mínimo as informações a quantas andam as contas, e a quantas foram as nossas contas públicas de 89?

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não estou convencido, continuo votando contra, porque eu não quero sair deste Parlamento, com um peso na consciência. A minha linha é de coerência, a minha linha é de transparência, o jogo aberto que nós sempre mantivemos neste Parlamento, eu quero continuar, não quero ser enganado por mim mesmo, eu aprovar uma conta que não conheço.

Por isso, eu voto contra e convoco e convido todos os Parlamentares, Parlamentares que fazem jus ao seu Mandato, ao Mandato que tem como prerrogativa principal, uma delas, fiscalizar os "três poderes", nós não podemos abrir mão dessa prerrogativa nesse momento, e nós temos que aprovar somente após, porque nós temos plena ciência, nós temos plena convicção que aquele parecer apresentado pela Comissão, ele condiz com o real das condições das contas públicas do nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Presidência respeita a posição do Deputado Pedro Tonelli, porém, também esta Casa mantém o maior respeito ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Questão de Ordem) -

Sr. Presidente, nobre Srs. Deputados. Há poucos instantes o nobre Deputado Pedro Tonelli, fez acusações seriíssimas a esta Casa, defendeu seu voto contrário a um projeto de resolução. É um direito sagrado do Parlamentar, colocar-se a favor ou con-

tra determinadas proposições.

Agora o que nós não podemos aceitar é que transite em julgado aleivosias pronunciadas agora no encaminhamento de votação desse projeto pelo nobre Deputado Pedro Tonelli.

Ora, Deputado que não conhece as contas do Senhor Governador do Estado, é porque não teve o trabalho não teve a curiosidade de manuseá-las de ir ao Tribunal de Contas que é Órgão auxiliar deste Poder Legislativo, que é órgão constitucionalmente apto para analisar as contas do senhor Prefeito e julgar o relatório, ler o relatório do Senhor Conselheiro, que encaminhou ao Plenário daquela Casa, o exame das prestações de contas do Governo do Estado.

Não me cabe aqui fazer defesa do Governo do Estado, apenas para que não transite em julgado, para aquelas pessoas que assistem à sessão hoje, que desavisadas podem pensar que o único soldado que marcha com o passo certo nesta parada militar aqui é o Pedro Tonelli. Não é absolutamente, não é ele o dono da verdade. Eu analisei as contas, eu tive a curiosidade e o dever de ir ao Tribunal de Contas do Estado e Contador que sou e Economista que sou, analisei as contas do Senhor Governador, li com atenção o relatório, e porque à Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa compete apenas ratificar aquilo que o órgão auxiliar do Poder Legislativo conclui. E aquele órgão concluiu pela aprovação das contas.

Por isso, eu voto de consciência tranquila, pela aprovação das contas, porque eu as manuseei, eu as examinei, eu conheço a Constituição, e eu sei o papel do Tribunal de Contas na análise e no exame das contas do Poder Executivo.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu não aceito a sugestão do nobre Deputado Erondy Silvério. O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. As contas deveriam estar à disposição dos Parlamentares, aqui! Por que é que eu tenho que ir lá desbravatar, no Tribunal de Contas, para encontrar as contas?

O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar. Portanto, o centro do Poder Legislativo é aqui. Os Parlamentares deveriam ter ciência, oportunidade, aqui de ter conhecimento de todas as contas públicas do Estado do Paraná. Então, eu não aceito a sugestão do nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência foi à comissão de tomada de contas? Vossa Excelência participou da reunião da comissão de tomada de contas? As contas estavam aqui! Eu é que tive a curiosidade

de ir examiná-las antes. Posteriormente, as contas vêm a este Poder, para que a Comissão de Tomada de Contas elabore o seu parecer.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Pela Ordem) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados; eu acho que após as manifestações do Deputado Pedro Tonelli, que nos parece não conhecer a tramitação de um processo de prestação de contas, neste Legislativo.

Cabe-nos esclarecer, e estou aqui com o processo em mãos, para mais uma vez, tornar público, a bem da verdade, da forma legal e constitucional do encaminhamento de um processo de contas, no caso, o processo de contas do Poder Executivo, referente ao exercício de 1989.

Constitucionalmente, o Senhor Governador do Estado, dentro do prazo legal, fez o encaminhamento a esta Casa de Leis, em 11 de abril do corrente ano, referente às contas citadas no exercício findo de 1989. Este processo se encontrava na Assembléia Legislativa, para que todos os Senhores Parlamentares que desejassem, fizessem o manuseio pormenorizado das peças constantes do referido processo.

Posteriormente, constitucionalmente, também, a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa fez o encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado, para que dentro dos seus órgãos técnicos e que ali fizessem a sua análise final, como órgão externo, auxiliar do Poder Legislativo.

Posteriormente, feitos os pareceres dentro do Tribunal de Contas, o mesmo foi encaminhado ao Plenário do egrégio Tribunal de Contas do Estado, o qual, através da Resolução n. 12278/90, veio a julgar as contas como legais e perfeitas, dentro da legislação que rege a matéria.

Posteriormente, o Tribunal de Contas enviou novamente, devolvendo ao Poder Legislativo. E este processo foi encaminhado à Comissão Permanente de Tomada de Contas, que é o órgão permanente desta Casa, que tem sob a Presidência o ilustre Parlamentar Hermas Brandão, e que foi relator deste processo o ilustre Deputado Valderi Vilela.

Está, portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, perfeitamente com a tramitação legal e constitucional e que veio, hoje, para a sua 2.<sup>a</sup> discussão, no Plenário deste Legislativo.

Portanto, não há o que alegar. E venho aqui refutar se o Deputado Pedro Tonelli, ao findar o seu primeiro mandato legislativo, ainda não conhece como tramita um processo, nesta Casa não nos cabe a culpa, mas eu tenho a certeza que todos os demais Parlamentares que têm assento nesta Casa conhecem perfeitamente como se tramita, como se dá efetivamente o processo legis-

lativo para uma prestação de contas.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu sugiro que se mude esta rotina, porque esta prestação de contas ela rola para lá, rola para cá, rola para lá, e nós que somos integrantes do Poder não vimos. Isso tudo aconteceu secretamente. As contas estão aqui desde março, estamos votando em dezembro e até agora nada! Passa para cá estas contas que eu quero ver, nobre Deputado Cândido Bastos, eu quero ver estas contas, diz que rolou tanto para lá e para cá, eu preciso ver estas contas!

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Pela Ordem) Senhor Presidente, só há uma solução: que se mude a Constituição do Brasil e que se mude a Constituição do Estado do Paraná, para que satisfaça os desejos do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ao Deputado Pedro Tonelli caberia o pedido de retirada de votação, para analisar o processo.

Encerrada a discussão, em votação, APROVADO, com o voto contrário do Deputado Pedro Tonelli.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 260/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 92/90), que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 291 da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82, acrescido pela Lei Complementar n. 48, de 21.12.89. (delegado de polícia). Aprovado. (Public. no DA. n. 42 de 23.04.90-Mens.)

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 468/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 161/90), que cria o estágio remunerado nas instituições públicas estaduais, da administração direta e indireta e fundações instituídas pelo poder público. Aprovado. (Public. no DA. n. 103 de 03.08.90-Mens.)

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 475/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 165/90), que autoriza aquele poder a firmar com o município de Maringá, o termo de cessão de uso de uma área com 672,96 m<sup>2</sup>, parte do imóvel pertencente ao Estado do Paraná, conforme especifica. Aprovado. (Public. no DA. n. 106 de 10.09.90-Mens.)

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 496/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.170/90), que dispõe sobre a Coordenadoria de Pesquisa e Ensino Artístico - CEA. Aprovado. (Public. no DA. n.

117 de 09.10.90-Mens.)

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 526/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.180/90), que autoriza aquele Poder a doar ao município de Toledo o imóvel que especifica, no distrito de Nova Sarandi. Aprovado. (Public. no DA. n. 123 de 18.10.90-Mens.)

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 527/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.182/90), que cria 352 empregos de agente de reclusão II no quadro de pessoal CLT do Departamento Penitenciário do Estado, unidade da Secretaria da Justiça. Aprovado. (Public. no DA. n. 123 de 18.10.90-Mens.)

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 540/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 184/90), que concede abono provisório aos integrantes do magistério estadual, na forma que especifica. Aprovado. (Public. no DA. n. 129 de 30.10.90-Mens.)

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 79/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Associação Comercial e Industrial de Paranavaí, objetivando promover e divulgar as oportunidades e as potencialidades regionais. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

#### COMISSÃO GERAL

#### PROPOSIÇÃO N° 42/90

#### P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem n. 53/90, a presente proposição solicita autorização da Assembléia Legislativa a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, possa, celebrar convênio com a Associação Comercial e Industrial de Paranavaí, com o objetivo de promover e divulgar as oportunidades e as potencialidades regionais.

Analisado o mesmo entende esta Comissão que o presente convênio atende aos interesses do Estado e obedece o art. 54, inc. XXI, da Constituição Estadual.

Nestas condições, nos posicionamos favoravelmente a sua aprovação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 26.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

EDUARDO BAGGIO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 102/90, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, com vistas à criação do município de São José do Ivaí, desmembrado do município de Santa Izabel do Ivaí. **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 102/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná.

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica autorizada a realização de plebiscito, com vistas à criação do Município de São José do Ivaí, criado "ad referendum" de plebiscito a realizar-se pela Lei n.º 9318, de 11 de julho de 1990, desmembrado de Santa Izabel do Ivaí, com as divisas seguintes:

"Inicia na Foz do Ribeirão Tamanduateí, no Rio Ivaí. Do ponto inicial, sobe pelo Ribeirão Tamanduateí até o ramal 23, por este até a confluência com o ramal 24, por este até a confluência com o ramal 27, por este até o entroncamento com o ramal 33, segue por este até o seu final, deste ponto em linha reta e seca até o Rio Ivaí, desce por este até a Foz do Ribeirão Tamanduateí, ponto inicial e final".

#### MEMORIAL DESCRITIVO DO QUADRO URBANO DE SÃO JOSÉ DO IVAÍ

Tem início no cruzamento da Rua Amazonas com a Avenida Mato Grosso. Rua Amazonas até a Rua Pará; Rua Pará até a Rua Rio Grande do Sul; Rua Rio Grande do Sul até o início da quadra 18, fundos dos lotes 14 e 01 da quadra 18, (inclusive), contornando o lote 01 da quadra 18 e pela lateral da quadra 10 (inclusive) até a Avenida Paraná, Avenida Paraná até a quadra 04, contornando a quadra 04 (inclusive) até a Rua São Paulo; Rua São Paulo até a Rua Bahia; Rua Bahia até o final do lote 01 da quadra 01 (inclusive) contornando o lote 01 e pelos fundos dos lotes 01 a 08 da quadra 01 (inclusive), fundos dos lotes 01 a 04 da quadra 02 (inclusive), fundos dos lotes 01 a 06 da quadra 06 (inclusive), contornando o lote 06 da quadra 03 (inclusive) até a Rua São Paulo, até o final da quadra 09, contornando a quadra 09 pela lateral dos lotes 03 e 04 (inclusive) até a Avenida Mato Grosso; Avenida Mato Grosso até a Rua Amazonas, ponto de partida do presente roteiro.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.08.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 106/90, de autoria da Comissão Geral, que

autoriza a realização de plebiscito no município de Grandes Rios, para que a população decida sobre a criação do município de Rio Branco do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 106/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Grandes Rios, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Rio Branco do Ivaí, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Começa no Rio Ivaí na Balsa denominada Porto Espanhol, deste ponto por uma linha seca rumo nordeste até a estrada próxima as nascentes do Ribeirão da Limeira, seguindo pela referida estrada rumo Sudeste, até a nascente da Água do Gomes, por este abaixo, até sua foz no Córrego Piracanjuba e deste abaixo até o Ribeirão Catanduvás, pelo qual desce até o Rio Branco, onde segue por este acima até a foz do Córrego Gamelão, onde segue por este acima até a sua nascente, daí, por uma linha seca, alcança a nascente do Rio do Tigre, pelo qual desce até sua foz no Rio Ivaí, e por este abaixo, até a balsa denominada Porto Espanhol, ponto de partida".

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.09.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 189/90, de autoria da Comissão Geral, que autoriza o convênio celebrado entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e o Município de Goioerê, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de um projeto de viabilização econômica com vistas à implantação de um frigorífico bovino/suíno. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. **Aprovado.**

#### COMISSÃO GERAL

#### PROPOSIÇÃO N.º 134/90

#### PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental n.º 135/90, a presente proposição tem por finalidade solicitar deste Poder autorização para que o Secretário Especial da Ciên-

cia, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar Convênio com o Município de Goioerê, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de um projeto de viabilização econômica com vistas à implantação de um frigorífico bovino/suíno.

A proposição em tela está em conformidade os preceitos do art. 54, XXI da Constituição Estadual.

Assim sendo, é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PAULO FURIATTI

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 192/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 139/90), que solicita autorização a fim de que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com a Fundação Universidade Federal do Paraná para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, objetivando a realização dos projetos que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 130/90

PARECER:

Oriunda da Mensagem n° 139/90, a presente Proposição tem a finalidade de solicitar autorização para que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, objetivando a realização dos projetos constantes no Anexo integrante do referido convênio.

De acordo com o artigo 54, inciso XXI da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público e privado.

Analisando os termos do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua Autorização, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Sessões, em 03.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PAULO FURIATTI

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 107/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 120/90), que ratifica o acordo de cooperação técnica, já celebrado por motivo de urgência em 05.06.90, entre a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, e da Fundação Educacional do Paraná, objetivando implementação do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano- PEDU.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 107/90

PARECER:

A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n° 120/90, visa ratificar o Acordo de Cooperação Técnica, já celebrado, por motivo de urgência, em 05 de junho de 1990, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e o Meio Ambiente e a Secretaria de Estado da Educação, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná e da Fundação Educacional do Paraná, objetivando implementação do Programa de Desenvolvimento Urbano- PEDU.

A Proposição em tela encontra-se plenamente de acordo com os ditames do Art. 54, XXI, da Constituição Estadual.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.12.90.

(aa) ALGACI TÚLIO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 167/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 181/90), que autoriza aquele poder a, através do ITCF, alienar a Alceu Falheiros e Alceu Kiyoku Falheiros, ou a seus sucessores, o imóvel que especifica, da colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 167/90

PARECER:

A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n° 181/90, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo, através do ITCF, alienar a Alceu Alves Falheiros e Alceu Kiyoku Falheiros ou a seus sucessores, o imóvel constituído do lote 04 da Gleba 18 da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, neste Estado, com área de 203, 2941 hectares.

Devemos salientar que a proposição em



tela trata de regularização de áreas consideradas devolutas, pela Justiça e cujo processo vem desenvolvendo gradativamente, porém, neste caso torna-se necessária a participação do Poder Legislativo atendendo ao disposto no Art. 54, XXXI, da Constituição Estadual.

Cumprе ainda destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob o n° 832.056-0, de 10.08.90.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e pela matéria ser legal e constitucional, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO na forma do Projeto de Resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.12.90.

(aa) ALGACI TÚLIO

Presidente

LAURO LOBO ALCANTARA

Relator

Aprovada.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 589/90, de autoria do Deputado NEREU MANSIGNAN e outros, que acrescenta, ao § 3° do artigo 76 da Lei n° 7297/80, os incisos que especifica. Aprovado. (Publ.no DA n° 143, de 27.11.90).

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 321/89, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que cria a Lei Florestal do Estado do Paraná, concorrente ao Código Florestal Brasileiro e à Legislação Federal. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Agaci Túlio) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 2844, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2836, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2840 a 2843 de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Aprovados. À Di-

retoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2846, 2847 de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2849, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2837, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2835, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 40, 242 e 585/90.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 54, 194, 203, 292, 385, 454, 461, 465, 466, 467, 579, 581, 590, 604, 605, 607, 608 e 619/90; e dos Projetos de Resolução n°s 181, 190, 191, 193 e 194/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 260, 266, 468, 475, 496, 501, 526, 527, 540, 547, 573, 589 e 618/90, do Projeto de Lei Complementar n° 625/90; dos Projetos de Resolução n°s 79, 102, 106, 189 e 192/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 364/87, 561, 564, 575, 587, 602, 611, 612, 613 e 622/90; e dos Projetos de Resolução n°s 49 e 195 a 198/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 150 e 175 a 177/90.

Levanta-se a sessão.

ATIVO		PASSIVO
CIRCULANTE		
CONTAS CORRENTES		
Banestado .....	47.936,47	
Bamerindus .....	144,95	
	<u>48.081,42</u>	
APLICAÇÕES		
Bamerindus C/F.N.I..	17.121.465,05	PATRIMÔNIO
		Patrimônio Líquido .....
		23.164.938,43
POUPANÇA		
Banestado .....	164.544,42	
Bamerindus .....	399.219,26	
	<u>563.763,68</u>	
	17.733.310,15	
VALORES EM NCZ\$ A ORDEM DO BACEN		
APLICAÇÕES		
Banestado .....	4.440,51	RECEITA
Bamerindus .....	2.227.847,62	Renda de Contribuições .....
	<u>2.232.288,13</u>	57.424.642,21
		Renda de Aplicações .....
		157.890.323,55
		Outras Rendas .....
		<u>1.666,64</u>
		215.316.632,40
POUPANÇA		
Banestado .....	46.073.913,52	
Bamerindus .....	87.410.692,40	
	<u>133.484.605,92</u>	
INVESTIMENTOS		
Banestado C/Ouro .....	7.595.193,73	
Bamerindus C/Ouro .....	15.720.426,00	
	<u>23.315.619,73</u>	
	159.032.513,78	
IMOBILIZADO		
Móveis e Utensílios .....	5.230,00	
DESPESAS		
Aposentados .....	50.551.241,68	
Ajuda de Custo .....	510.553,36	
Materiais de Consumo .....	28.766,20	
IOF .....	9.906.317,33	
Imp. Renda s/ Rend. Aplic. ....	389.013,03	
Imp. Estad. s/Rend. Aplic. ....	13.590,97	
Despesas Bancárias .....	231.119,53	
Seguros .....	79.914,80	
	<u>61.710.516,90</u>	
TOTAL DO ATIVO .....	238.481.570,83	TOTAL DO PASSIVO .....
		20.481.570,83

ATIVO

PASSIVO

CIRCULANTE		PATRIMÔNIO	
CONTAS CORRENTES		Patrimônio Líquido .....	
Banestado .....	922.912,02	23.164.938,43	
APLICAÇÕES			
Bamerindus F.N.I.....	13.777.972,71		
POUPANÇA			
Banestado .....	188.038,94		
Bamerindus .....	456.221,91		
	<u>644.260,85</u>		
	15.345.145,58		
VALORES EM NCZ\$ A ORDEM DO BACEN			
APLICAÇÕES			
Banestado .....	5.070,89	63.362.183,67	
Bamerindus .....	2.601.776,76	181.066.618,26	
	<u>2.606.847,65</u>	1.666,64	
		<u>244.430.468,57</u>	
POUPANÇA			
Banestado .....	50.762.625,14		
Bamerindus .....	102.082.055,23		
	<u>152.844.680,37</u>		
INVESTIMENTOS			
Banestado C/Ouro.....	7.595.193,73		
Bamerindus C/Ouro.....	15.720.426,00		
	<u>23.315.619,73</u>		
	178.767.147,75		
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios.....	5.230,00		
DESPESAS			
Aposentados .....	62.194.445,90		
Ajuda de Custo.....	610.507,96		
Materiais de Consumo .....	34.116,20		
IOF.....	9.906.317,33		
Imp. Renda s/ Rend. Aplic.....	389.013,03		
Imp. Estad. s/Rend. Aplic.....	13.590,97		
Despesas Bancárias.....	270.557,48		
Seguros.....	59.334,80		
	<u>73.477.883,67</u>		
TOTAL DO ATIVO .....	267.595.407,00	TOTAL DO PASSIVO.....	
		267.595.407,00	

LAURO LOBO ALCANTARA  
Tesoureiro

WERNER WANDERER  
Presidente

VICENTE P. RODACKI  
Contador CRC-PR 6635

REF. - ALG245

CONTABILIDADE DE CONTAS ORÇAMENTÁRIAS

RECEITA

ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00
RECEITA AGRO-PECUÁRIA	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	309.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.616.821,14
	<u>311.616.821,14</u>

RECEITAS DE CAPITAL

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00
	<u>0,00</u>
	<u>311.616.821,14</u>

EXTRAORÇAMENTÁRIA

DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	64.591.408,67
FUNDOS ESPECIAIS	0,00
CONTAS A REGULARIZAR	0,00
CONTAS DO REALIZÁVEL	0,00
ACORDOS E CONVÊNIOS	0,00

CRÉDITOS DE DESPESAS A PAGAR

FORNECEDORES	58.397.742,06
DESPESAS COM PESSOAL	260.588.260,42
OUTRAS DESPESAS A PAGAR	0,00
	<u>318.986.002,48</u>
	<u>383.577.411,15</u>

SALDOS DO MÊS ANTERIOR

CAIXA	0,00
BANCOS	366.263.090,36
VINCULADO EM CONTAS CORRENTES BANCARIAS	0,00
TÍTULOS A RECEBER	0,00
DEVEDORES DIVERSOS	0,00
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00
	<u>366.263.090,36</u>

TOTAL ..... 1.061.457.322,65

DESPESA

ORÇAMENTÁRIA

LEGISLATIVA	316.204.958,13
JUDICIÁRIA	0,00
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00
AGRICULTURA	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00
DEFESA NACIONAL E SEG. PÚBLICA	0,00
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,00
EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	0,00
HABITAÇÃO E URBANISMO	0,00
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00
SAÚDE E SANEAMENTO	0,00
TRABALHO	0,00
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	0,00
TRANSPORTE	0,00
	<u>316.204.958,13</u>

EXTRAORÇAMENTÁRIA

RESTOS A PAGAR	
PAGAMENTOS	0,00
CANCELAMENTOS	0,00
	<u>0,00</u>

DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	19.327.473,43
FUNDOS ESPECIAIS	0,00
CONTAS A REGULARIZAR	0,00
CONTAS DO REALIZÁVEL	0,00
ACORDOS E CONVÊNIOS	0,00

DÉBITOS DE DESPESAS A PAGAR

FORNECEDORES	39.728.458,31
DESPESAS COM PESSOAL	265.510.764,77
OUTRAS DESPESAS A PAGAR	0,00
	<u>305.239.223,08</u>
	<u>324.566.696,51</u>

SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE

CAIXA	0,00
BANCOS	420.685.668,01
VINCULADO EM CONTAS CORRENTES BANCARIAS	0,00
TÍTULOS A RECEBER	0,00
DEVEDORES DIVERSOS	0,00
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00
	<u>420.685.668,01</u>

TOTAL ..... 1.061.457.322,65

ABIB MIGUEL  
DIRETOR GERAL

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
DIRETOR DO DAT

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
COORD. DE CONTABILIDADE